

A PALAVRA DOS ALUNOS

RECREDECIAAMENTO: AS PREOCUPAÇÕES DO CONSULTOR CORRESPONDEM ÀS DO MEC?

No dia 2 de outubro de 1981, os alunos do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUCCSP foram convocados para uma "conversa in formal" com o Inspetor do MEC, Sr. Armando Soutto Maior.

O Sr. Soutto Maior explicou aos alunos que o objetivo de sua conversa era o de colher subsídios para elaborar um parecer, visando o recredenciamento do Programa de História pelo MEC.

Alertou-nos, desde logo, sobre a possibilidade do não recredenciamento do Programa, a menos que aceitássemos suas "sugestões" de transformação do curso que, caso não fossem acatadas, redundariam em um relatório desfavorável, com consequências possivelmente funestas. A possibilidade do não recredenciamento se colocava ainda como consequência de pareceres anteriores (o Programa já havia sido rebaixado do nível B para o nível C).

Questionado sobre os critérios que estariam prevalecendo nesta avaliação, o Sr. Soutto Maior esclareceu que estavam baseados em questionários cujos dados eram posteriormente computados; com base nestes dados, podêr-se-ia avaliar a produtividade do Programa que, segundo ele, é insatisfatória.

Os alunos então, contestaram a validade de tais critérios, considerados com basicamente quantitativos e, mais ainda, refutaram a utilização do conceito de produtividade aplicado a um processo educacional. Contrapôs-se a estes critérios, outros baseados no significado da produção científica em seus aspectos substantivos, que não são passíveis de medidas quantitativas, como se fossemos uma fábrica de produção de teses.

O prof. Soutto Maior concordou com a posição dos alunos e com a

necessidade de modificar tais critérios de avaliação, para o que seu próprio relatório poderia contribuir.

No mais, o prof. Soutto Maior passou a inquirir os alunos sobre a capacidade dos professores, sua dedicação e condições de atendimento aos alunos. Face às respostas obtidas, o Inspetor declarou-se satisfeito prometendo não poupar esforços no sentido de não só obter o recredenciamento do curso, como a modificação de sua categoria.

Em reunião posterior com os professores do Programa, os alunos tiveram ciência da pressão que o referido inspetor exerceu no sentido de acatamento de suas "sugestões", que acarretariam mudanças, algumas de caráter puramente formal, outras de caráter substantivo.

Tais sugestões do prof. Soutto Maior não estavam baseadas em padrões, normas e critérios estabelecidos pelo MEC - que se existissem seriam do conhecimento do Programa, mas, tão somente, nos critérios particulares e na concepção própria do Sr. Soutto Maior, a respeito da História. Em vista disto, os alunos da Pós-Graduação consideram que tais "sugestões" não devem ser acatadas, por expressarem unicamente a opinião pessoal de um Inspetor que, ao transmiti-las da forma que o fez, certamente exorbitou de suas funções e do poder que o MEC porventura lhe concedeu.

Tal posição significa para nós, a defesa da autonomia da Universidade, que se expressa exatamente na liberdade de refletirmos sobre nossa postura teórico-prática referente ao conhecimento histórico; tal reflexão foge, por definição, à competência de qualquer Ministério e de qualquer inspetor, e é a própria prática da autonomia universitária.

Defender portanto, o Programa de História destas ingerências, no tocante a conteúdos, é defender toda a Universidade; e não apenas a nossa, mas todas as universidades que podem amanhã ver-se nas mesmas condições.

Face os problemas que se colocam para o curso de Pós-Graduação de História desta Universidade, em virtude dos pareceres conclusivos emitidos pelo Sr. Inspetor do MEC, os alunos deliberaram, em reuniões abertas, o que segue:

A questão que envolve a visita do Sr. Inspetor, independente de seu caráter burocrático e portanto rotineiro, adquire uma abrangência que extrapola a dos objetivos aparentemente reais.

O significado mais amplo, que fica subjacente ao episódio em si, pode ser analisado sob dois aspectos básicos: os de ordem conjuntural e os de ordem estrutural - terminologia utilizada apenas para tornar mais didático o documento.

Consideraremos conjunturais os aspectos que se referem à visita propriamente dita: elucidação dos critérios com determinação quantitativa que nortearam as conclusões da instituição que representa, e indicação de alternativas de alteração no curso, às vezes de caráter formal, às vezes de caráter substantivo.

Consideramos ainda conjunturais - que não se posicionam como de menor importância - toda uma análise que pode ser feita a partir das relações que se vêm estabelecendo entre Estado e Igreja e portanto, no que nos diz respeito, entre Universidades Católicas e Ministério da Educação: problemas das verbas, corte ou extinção de programas de convênios com Bolsas de Estudo, levantamento de informações por vias e fontes não de todo conhecedoras da realidade de nossos cursos, e suas críticas que porventura tenham, nunca nos foram explicitadas idoneamente.

Consideramos estruturais duas ordens de problemas: primeiro, a necessidade de se defender a autonomia desta Universidade, que, face os aspectos conjunturais se vê cada dia mais ameaçada, e um aspecto que, a nosso ver, foge à competência do Ministério, por ser espinha dorsal desta mesma autonomia: a necessidade de esclarecermos, revermos, refletirmos enfim, sobre nossa postura teórico-prática referente ao conhecimento Histórico.

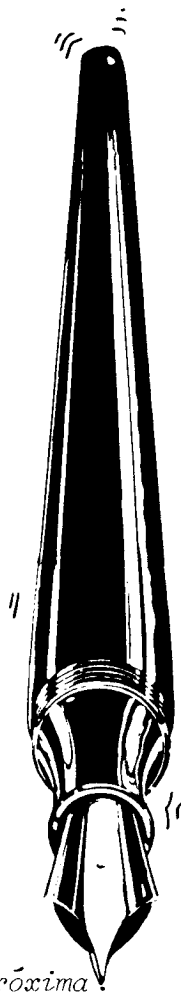
O conjunto destes problemas nos levam à questão da produtividade em nosso curso: o que consideramos produtividade, qual sua finalidade, que posturas teórico-metodológicas daremos a seu tratamento, que postura adotar face a necessidade de divulgação desta filosofia de ação.

Face a estas considerações, cumpre-nos referendar nosso apoio à comissão que nos representará junto ao Ministério, nos seguintes termos:

- 1.- garantir que os aspectos substantivos que consolidam a política e refletem uma filosofia de ação face a teoria do conhecimento, sejam mantidos e/ou não sejam objeto de especulação pelo MEC, condicionando a isto o recredenciamento;
- 2.- não acirrar contradições que redundem em antagonismos que levarão ao confronto MEC/PUC-História, a um impasse pessoal e talvez improdutivo para o curso em questão, já que o próprio MEC abriu possibilidades de conversações, apesar dos pareceres conclusivos;
- 3.- organizar-se no sentido de obter mobilização interna e pública, caso as instâncias deliberativas resultem num fechamento prejudicial à autonomia do curso e da Universidade como um todo.

Quanto aos aspectos substantivos, que se referem à consolidação de um processo na estruturação de nosso curso, deliberamos ampliar as discussões e gestões que já vêm sendo processadas, no sentido de re-discutirmos as questões referentes aos aspectos teórico-metodológicos e a fundamentação filosófica que resulta no desenvolvimento das pesquisas, reavaliando suas áreas de concentração, suas condições, finalidade e caráter de produtividade, suas opções em termos de desenvolvimento do conhecimento histórico, sua posição face as outras áreas do conhecimento, etc...

"... formar o professor em especial universitário profissional em todos os setores ligados direta ou indiretamente à educação e, primordialmente, revelar o pesquisador especializado no estudo de trabalhos ligados à história — sobretudo a História do Brasil — é a preocupação e a orientação do Programa de Estudos em nível Pós-Graduado em História..."



Até a próxima!